



**SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ: 32.206.435/0001-83

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM

30/06/2024



SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CONTEÚDO:

- 1) RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
- 2) BALANÇOS PATRIMONIAIS;
- 3) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS;
- 4) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES;
- 5) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA;
- 6) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS;
- 7) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;
- 8) COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E IDENTIFICAÇÃO DO CONTADOR; e
- 9) RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 32.206.435/0001-83

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2024, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/2020, que entraram em vigor a partir de 01/01/2021.

1. Principais informações financeiras

R\$ milhões	1S24	1S23	Δ
Receita da intermediação financeira	7,9	5,6	40,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	15,6	6,6	136,1%
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	66,7	12,2	446,0%
Lucro líquido do exercício	54,0	7,8	595,5%

2. Comentário sobre o desempenho

A receita da intermediação financeira totalizou R\$7,9 milhões no primeiro semestre de 2024, crescimento de 40,5% frente ao mesmo período do ano anterior. Outras receitas e despesas operacionais apresentaram crescimento de 136,1% em relação ao primeiro semestre de 2023. Considerando estes desempenhos, o lucro líquido nos primeiros seis meses de 2024 foi de R\$54,0 milhões, frente ao lucro de R\$7,8 milhões apresentado no mesmo período de 2023.

3. Reorganizações societárias

Em 02/10/2023, a Companhia assinou documentos definitivos referentes à alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A., controladora da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Órama DTVM), relativa a 25% do seu capital social, no contexto da alienação de 100% da Órama DTVM para o BTG Pactual CTVM S.A. pelo valor global de R\$500 milhões. Após as aprovações regulatórias aplicáveis e o cumprimento de determinadas condições, em 15/03/2024, a transação foi concluída, com a consequente alienação de participação minoritária indireta detida pela SAMI.

Em 12/04/2024, foi concluída a alienação da participação acionária da Companhia na sociedade detentora de participações nas empresas remanescentes da transação ocorrida entre a Órama DTVM e o BTG Pactual mencionada acima, com isso, se encerrou a parceria entre a SulAmérica e os antigos controladores da O10 Participações S.A. / Órama DTVM.

O ganho na alienação do investimento de R\$ 43.294 está registrado em Resultado não operacional.

4. Investimentos

Em 30/06/2024, a Companhia mantinha o saldo de investimentos de R\$25,7 milhões na Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (SAGA).

5. Declaração sobre capital financeiro e ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”

A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

6. Auditores Independentes

Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços de não auditoria até o momento que quebre esta relação de independência, até mesmo por suas características “não recorrentes”.

7. Acordo de Acionistas

A Companhia não é parte de acordo de acionistas.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante	-	205.061	114.828
Disponibilidades	-	524	43
Instrumentos financeiros	-	189.481	104.074
Títulos e valores mobiliários	5	189.481	104.074
Outros créditos	-	15.046	10.687
Rendas a receber	6	12.636	8.250
Ativos fiscais correntes e diferidos	7	1.450	1.282
Diversos	-	960	1.155
Outros bens e valores	-	10	24
Não circulante	-	37.507	86.977
Realizável a longo prazo	-	8.719	8.437
Outros créditos	-	8.719	8.437
Ativos fiscais correntes e diferidos	7	1.347	1.097
Depósitos judiciais	13	7.372	7.340
Investimentos	-	25.725	75.674
Investimentos em participações em coligadas e controladas	8	25.711	75.660
Outros investimentos	-	14	14
Imobilizado	-	2.989	2.784
Outras imobilizações de uso	-	3.348	3.161
(Depreciação acumulada)	-	(359)	(377)
Intangível	-	74	82
Ativos intangíveis	-	86	633
(Amortização acumulada)	-	(12)	(551)
Total do ativo		242.568	201.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante	-	19.142	32.411
Outras obrigações	-	19.142	32.411
Sociais e estatutárias	-	5.477	5.477
Obrigações fiscais correntes	9	5.207	5.716
Provisões	10	6.196	9.652
Diversas	11	2.262	11.566
Não circulante	-	3.042	2.999
Outras obrigações	-	3.042	2.999
Provisões	10	3.042	2.964
Diversas	11	-	35
Patrimônio líquido	-	220.384	166.395
Capital social	14.1	137.875	137.875
Reservas de lucros	14.2	31.219	28.520
Lucros acumulados	-	51.290	-
Total do passivo e patrimônio líquido		242.568	201.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações de resultados para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Receita da intermediação financeira	-	7.882	5.609
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	7.882	5.609
Resultado bruto da intermediação financeira	-	7.882	5.609
Outras receitas (despesas) operacionais	-	15.596	6.605
Receitas de prestação de serviços	16	30.207	18.663
Despesas de pessoal	17	(11.658)	(9.044)
Outras despesas administrativas	18	(5.448)	(7.508)
Despesas tributárias	-	(2.262)	(1.340)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	4.535	5.716
Outras receitas operacionais	-	306	219
Outras despesas operacionais	-	(84)	(101)
Resultado operacional	-	23.478	12.214
Resultado não operacional	-	43.207	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	-	66.685	12.214
Imposto de renda e contribuição social	-	(10.716)	(2.839)
Imposto de renda	19	(6.836)	(2.100)
Contribuição social	19	(4.130)	(1.307)
Ativo fiscal diferido	19	250	568
Participações no lucro	-	(1.980)	(1.612)
Lucro líquido do semestre	-	53.989	7.763
Quantidade de ações	-	46.249.559	46.249.559
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	-	1,17	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do semestre	53.989	7.763
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:		
Ganhos / (perdas), líquidos de perdas, não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Efeitos fiscais	-	-
Componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente	53.989	7.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(em milhares de reais)

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação nos lucros	66.685	12.214
Mais		
Depreciações e amortizações	110	2.556
Juros e variações monetárias de provisão para riscos fiscais e passivos de ações cíveis e trabalhistas	83	93
Incentivo de ações	-	-
Resultado negativo de equivalência patrimonial	6.273	664
Outros	87	-
Menos		
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	164	(205)
Juros e variações monetárias de impostos e contribuições a compensar	(4)	(3)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(10.808)	(6.380)
Lucro na venda de investimentos	(43.294)	-
Atividades operacionais		
Varição de títulos e valores mobiliários	(85.407)	(8.555)
Varição de rendas a receber	(4.386)	1.473
Varição de outros créditos	(415)	898
Varição de outros valores e bens	14	(53)
Varição de outras obrigações - Fiscais correntes	628	364
Varição de outras obrigações - Provisões	(4.067)	(1.706)
Varição de outras obrigações - Diversas	1.874	(109)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	2.486
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.853)	(4.148)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(84.316)	(411)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	86.565	-
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(1.768)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	84.797	-
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	-
Varição líquida do caixa	481	(411)
Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial	43	541
Caixa e equivalentes de caixa - saldo final	524	130
Redução nas disponibilidades	481	(411)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2023	137.875	4.910	79	5.945	-	10.934	-	148.809
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	7.763	7.763
Destinações:								
Reserva legal	-	388	-	-	-	388	(388)	-
Saldos em 30/06/2023	137.875	5.298	79	5.945	-	11.322	7.375	156.572
Saldos em 01/01/2024	137.875	6.064	79	5.945	16.432	28.520	-	166.395
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	53.989	53.989
Destinações:								
Reserva legal	-	2.699	-	-	-	2.699	(2.699)	-
Saldos em 30/06/2024	137.875	8.763	79	5.945	16.432	31.219	51.290	220.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, denominada “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, conjunto 82, Edifício 360 JK, Vila Nova Conceição, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Holding de Investimentos S.A. (SAHIN), que detém 49% da participação, e a controladora direta FM Holding S.A. (FM Holding), sociedade holding de controle da Família Moll, por meio do usufruto de 51% das ações ordinárias.

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei nº 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

1.1 Conclusão da aquisição da Órama DTVM pelo BTG Pactual

Em 02 de outubro de 2023, a Companhia assinou documentos definitivos referentes à alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A., controladora da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Órama DTVM), relativa a 25% do seu capital social, no contexto da alienação de 100% da Órama DTVM para o BTG Pactual CTVM S.A. pelo valor global de R\$500 milhões sujeito a determinados ajustes (Transação). Após as aprovações regulatórias aplicáveis e o cumprimento de determinadas condições, em 15 de março de 2024, foi concluída a Transação, com a conseqüente alienação de participação minoritária indireta detida pela SAMI.

Em 12 de abril de 2024, foi concluída a alienação da participação acionária da Companhia na sociedade detentora de participações nas empresas remanescentes da transação ocorrida entre a Órama DTVM e o BTG Pactual mencionada acima, com isso, se encerrou a parceria entre a SulAmérica e os antigos controladores da O10 Participações S.A. / Órama DTVM.

O ganho na alienação do investimento de R\$ 43.294 está registrado em Resultado não operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/2020, que entraram em vigor a partir 01/01/2021.

A Diretoria aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/08/2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros classificados como Títulos para negociação (nota 5); e
- Instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda (nota 5).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo

3.2.1. Títulos para negociação

Os títulos e valores mobiliários para negociação adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

Em 30/06/2024 e 31/12/2023, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2.2. Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponível para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Recebíveis

Os Recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o fato que as participações acionárias em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.5. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.5.1. Trabalhistas

Os processos trabalhistas passam por um acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, e os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), ou pelos Índices Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Taxa Referencial (TR), com incidência de juros de 10,79% (10,65% em 31/12/2023). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações - provisões”.

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.5.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de “Outras obrigações - provisões”, no não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.6. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.7. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos

tributários.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários (nota 5), créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1) e provisões para ações judiciais (nota 13).

3.8. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

3.9.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 30 de junho de 2024 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 30 de junho de 2024 e não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Resolução CMN nº 4.975 de 16/12/2021 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN - Em vigor a partir de 01/01/2025; e
- Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Em vigor a partir de 01/01/2022, em relação ao art. 24, aos arts. 76 a 78 e ao inciso XIX do art. 80, e a partir de 01/01/2025 em relação aos demais dispositivos.

Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 (IFRS 09) em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

A maioria dos dispositivos da nova Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, com algumas ações de implantação e reportes a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 76 dessa Resolução.

A Companhia está avaliando internamente as alterações que a nova Resolução traz e projetou a implementação ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024, estando aptas para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2025. Abaixo o resumo referente ao plano para a implementação da regulamentação contábil preparado pela Companhia, que foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 27/05/2022, o qual ficou à disposição do BACEN até 31 de dezembro de 2022 conforme a Resolução CMN nº 5.019/2022.

Durante 2022, a Companhia efetuou as seguintes atividades dentro do alcance da nova Resolução para a primeira fase de implementação: elaboração e aprovação dos modelos de negócio da Companhia para gestão de ativos financeiros; implementação do teste de SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), que é um conceito novo trazido pela norma; modelagem de *Impairment*, de acordo com a nova Resolução, nos ativos financeiros e nas contas a receber da Companhia; adequações e atualizações na parametrização contábil dos sistemas; avaliação dos impactos nas demonstrações financeiras; e avaliação dos impactos junto à área de riscos corporativos da Companhia e a outras normas do BACEN.

Considerando as implementações acima, a Companhia realizou uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da Resolução em suas operações e demonstrações financeiras e não identificou impactos significativos até o momento, considerando que as práticas contábeis adotadas pela Companhia já se encontravam, substancialmente, consistentes com os requerimentos pela nova Resolução.

No decorrer dos próximos anos, até a data de entrada em vigor da norma, a Companhia trabalhará com o plano de implementação, considerando as seguintes atividades: conclusão dos ajustes na parametrização contábil; e revisão dos possíveis impactos da implementação.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como o BACEN, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

4. Gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes.

Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos.

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos.

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos.

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio e ao Conselho de Administração, ou sempre que julgar necessário.

Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio de Referência em relação ao Patrimônio de Referência Exigido, requerido mensalmente pelo regulador.

O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

A área de controles internos da Companhia tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta, incluindo os riscos sociais, ambientais e climáticos.

4.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações.

Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

A área de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

O VaR (Value at Risk) e Teste de Estresse (Stress Test) são apurados na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e do Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia, de acordo com a Política de Investimentos.

4.2. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

Os limites relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um Comitê de Crédito que se reúne mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias quando necessário.

A composição da carteira da Companhia possui cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo.

Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em fundos classificados como renda fixa.

A carteira é composta de investimentos de baixo risco e de curto prazo, caracterizando, desta forma, um perfil conservador e de alta liquidez, classificando como insignificante os riscos de crédito e mercado.

4.3. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.

Neste sentido, a Ouvidoria da Companhia desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha da organização, contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração.

Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais.

O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada processo. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia.

Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

4.4. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.4.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

4.4.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.5. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade de variação da receita, obtida através da taxa dos fundos de investimentos sob Administração da Companhia. A análise foi aplicada sobre o PL sob administração do mês atual, desconsiderando dupla contagens e uma estimativa de taxa de administração média anual.

Foram consideradas três hipóteses, "provável"; "remoto"; e "improvável", aplicados sobre a condição de perda de PL sob AUM (*Asset Under Management*).

As hipóteses consideradas contemplam reduções de -3%, -6% e -9% no PL.

	30/06/2024				30/06/2023			
	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita
Provável	3%	(3.884)	125.573	-3%	3%	(3.036)	98.163	-3%
Remoto	6%	(7.767)	121.689	-6%	6%	(6.072)	95.127	-6%
Improvável	9%	(11.651)	117.806	-9%	9%	(9.108)	92.091	-9%

4.6. Gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos

Ademais das categorias previamente mencionadas, a Companhia inclui em seu sistema de gerenciamento de riscos o risco social, o risco ambiental e o risco climático. Estes riscos podem ser materializados em quaisquer das categorias previamente mencionadas. A Companhia considera a incorporação destes riscos nos processos de gerenciamento de acordo com a materialidade do impacto para o negócio.

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

O risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático é definido em duas vertentes: a) o risco climático de transição, possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono; e b) o risco climático físico, possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

4.7. Gestão de capital

A Companhia monitora e reporta à sua administração mensalmente sua solvência através de relatórios gerenciais, indicando quando necessário a adequação de capital. Como avaliação dos possíveis impactos em capital, são realizados testes de estresse com o objetivo de simular eventos severos e condições extremas de mercado.

O BACEN, por meio do Regulamento Anexo II à Resolução nº 2.099, de 17/08/1994, com a redação dada pela Resolução nº 2.607, de 27/05/1999, regulou os critérios de apuração dos limites mínimos de patrimônio líquido compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos (Acordo de Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e de aplicação de recursos no ativo não circulante (imobilizado) e por meio das Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, de 01/03/2013 e alterações posteriores, regulou os critérios para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) bem como os procedimentos para o cálculo da parcela referente ao Risco Operacional. A Companhia optou pela abordagem do indicador básico e está enquadrada nos referidos limites das resoluções supracitadas.

A tabela, abaixo, demonstra a aderência do Patrimônio da Companhia ao capital regulatório exigido.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência	220.312	116.792
Patrimônio de referência exigido	11.334	12.181
Margem limite de compatibilização	208.978	104.611

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2024		
	Títulos para negociação		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Total
Cotas de fundos de investimentos	189.481	189.481	189.481
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	189.481	189.481	189.481
Subtotal	189.481	189.481	189.481
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			189.481
Circulante			189.481

Descrição	31/12/2023		
	Títulos para negociação		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Total
Cotas de fundos de investimentos	104.074	104.074	104.074
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	104.074	104.074	104.074
Subtotal	104.074	104.074	104.074
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			104.074
Circulante			104.074

Descrição	30/06/2024									
	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	189.481	-	-	-	-	-	189.481	189.481	-	189.481
Títulos para negociação	189.481	-	-	-	-	-	189.481	189.481	-	189.481

Descrição	31/12/2023									
	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	104.074	-	-	-	-	-	104.074	104.074	-	104.074
Títulos para negociação	104.074	-	-	-	-	-	104.074	104.074	-	104.074

Tendo em vista a composição do portfólio de investimento da Companhia, não há exposição à riscos atrelados a liquidez dos ativos.

5.1. Análise de sensibilidade das aplicações

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

- A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.

Em 30/06/2024 e 31/12/2023, o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01, tem efeito zero.

5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices

divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Cotas de fundos de investimentos

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	30/06/2024	
	Nível 2	Total
Ativos financeiros		
Títulos para negociação	189.481	189.481
Total	-	189.481

Descrição	31/12/2023	
	Nível 2	Total
Ativos financeiros		
Títulos para negociação	104.074	104.074
Total	-	104.074

6. Outros créditos – rendas a receber

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Taxa de administração - fundos	3.073	3.651
Taxa de performance - fundos	4.885	-
Carteira administrada	449	370
Dividendos a receber	4.229	4.229
Total	12.636	8.250

7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.1)	1.649	1.481
Créditos tributários (nota 7.2)	2.540	2.250
Débitos tributários (nota 7.2)	(1.392)	(1.352)
Total	2.797	2.379
Circulante	1.450	1.282
Não circulante	1.347	1.097

7.1. Impostos e contribuições a compensar

Descrição	Saldo em 30/06/2024	Saldo em 31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	260	219
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	359	332
Programa de Integração Social - PIS	163	145
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	867	785
Total	1.649	1.481
Circulante	1.450	1.282
Não circulante	199	199

7.2. Tributos Diferidos

Em 30/06/2024 e 31/12/2023, os tributos diferidos são compostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2023	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Saldo em 31/12/2023
Ativo			
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	969	76	1.045
Provisões indedutíveis	364	841	1.205
Participações nos lucros	138	(138)	-
Total de ativo fiscal diferido	1.471	779	2.250
Passivo			
Atualizações de depósitos judiciais	(1.190)	(162)	(1.352)
Total de passivo fiscal diferido	(1.190)	(162)	(1.352)
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	281	617	898

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Saldo em 30/06/2024
Ativo			
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.045	31	1.076
Provisões indedutíveis	1.205	(356)	849
Participações nos lucros	-	615	615
Total de ativo fiscal diferido	2.250	290	2.540
Passivo			
Atualizações de depósitos judiciais	(1.352)	(40)	(1.392)
Total de passivo fiscal diferido	(1.352)	(40)	(1.392)
Efeito líquido - ativo/ (passivo)	898	250	1.148

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 05 anos.

O valor presente dos créditos tributários detidos pela Companhia, considerando as respectivas datas de realizações destes créditos, projetadas de acordo com o estudo de rentabilidade futura aprovado pela Administração da Companhia é de R\$ 1.860.

8. Investimentos

As principais movimentações no investimento até 30/06/2024 foram:

	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A. (c)	Total
Saldo em 01/01/2023	4.741	64.443	69.184
Dividendos obrigatórios	(4.229)	-	(4.229)
Equivalência patrimonial (a)	16.877	(1.305)	15.572
Dividendos adicionais propostos	(2.486)	-	(2.486)
Amortização do ágio e mais valia	-	(3.686)	(3.686)
Transferência para passivo a descoberto (b)	-	1.305	1.305
Saldo em 31/12/2023	14.903	60.757	75.660
Venda de ações	-	(60.757)	(60.757)
Equivalência patrimonial (a)	10.808	(6.273)	4.535
Transferência para passivo a descoberto (b)	-	6.273	6.273
Saldo em 30/06/2024	25.711	-	25.711

(a) A equivalência patrimonial da O10 Participações S.A. está sendo contabilizada com um mês de defasagem;

(b) O montante de R\$11.213 em 31/12/2023 relativo ao passivo a descoberto da O10 Participações S.A., está registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas"; e

(c) Alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A, conforme nota 1.1.

30/06/2024

Descrição	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	Total
Ativo	48.447	
Passivo	19.879	
Patrimônio líquido	28.568	
Receita líquida (a)	31.292	
Lucro líquido do semestre	12.009	
Percentual de participação (%)	90%	
Valor contábil do investimento	25.711	25.711
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	

31/12/2023

Descrição	Sul América Investimentos		Total
	Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A. (d)	
Ativo	41.225	51.252	
Passivo	24.666	96.104	
Patrimônio líquido	16.559	(44.852)	
Receita líquida (a)	57.001	7.582	
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	18.752	(7.354)	
Percentual de participação (%)	90%	25%	
Valor contábil do investimento (b)	14.903	(11.213)	3.690
Ágio (c)	-	49.523	49.523
Mais valia	-	11.234	11.234
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	10.396.306	

- (a) As receitas referem-se as receitas oriundas da operação deduzidas de suas despesas de vendas, acrescidas das receitas patrimoniais e financeiras;
- (b) O montante de R\$11.213 é relativo ao passivo a descoberto da O10 Participações S.A., e está registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas"; e
- (c) Ágio - Conforme exigido pela norma contábil vigente, anualmente a Companhia realiza teste do valor recuperável do ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) de seus ativos, através do modelo financeiro de fluxo de caixa livre para o acionista. As premissas sobre as quais a Companhia baseou suas projeções e exerceu seu julgamento, decorrem das projeções orçamentárias aprovadas por seu Conselho de Administração para o período de 5 anos, momento no qual se dará a estabilização dos fluxos financeiros em decorrência da maturação dos negócios. Tais projeções também levam em consideração o perfil regulatório dos ramos de negócio da Companhia. Os índices utilizados no modelo de projeções, bem como, as taxas de desconto e crescimento em perpetuidade foram calculadas internamente, em conformidade com a mais recente avaliação do mercado em suas expectativas e tendências, elaborada por entidade independente e com as políticas de gestão de riscos da Companhia, como preconiza seu plano de negócios. A Administração da Companhia concluiu que não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável para os ágios reconhecidos em 31/12/2023; e
- (d) Alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A, conforme nota 1.1.

9. Outras obrigações – obrigações fiscais correntes

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.985	4.828
Impostos e contribuições a recolher	1.222	888
Total	5.207	5.716
Circulante	5.207	5.716

10. Outras obrigações – provisões

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Participações de funcionários e encargos sociais a pagar	5.246	6.666
Provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais (nota 13.2)	3.042	2.964
Outras (a)	950	2.986
Total	9.238	12.616
Circulante	6.196	9.652
Não circulante	3.042	2.964

(a) A variação é referente majoritariamente a prestação de serviço das obras nas Unidades Call Center, Alameda, Assets e Sede Pinheiros pagas pela Rede D'Or.

11. Outras obrigações – diversas

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Incentivo de ações	2.013	-
Passivo a descoberto (a)	-	11.213
Outras	249	388
Total	2.262	11.601
Circulante	2.262	11.566
Não circulante	-	35

(a) Alienação da participação acionária detida na O10 Participações S.A, conforme nota 1.1.

12. Partes relacionadas

12.1. Transações

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Rio's Capitalização S.A. (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	2	2	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (e)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	338	265	42	247
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e) (f)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	4.234	4.256	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (d) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	160	195	20	7
Traditio Companhia de Seguros (a) (e)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	1	6
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	2	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	9	8	-	-
Sul América Holding de Investimentos S.A. (i)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	5.477	5.477
Rede D'Or São Luiz S.A. (g) (j)	Controladora indireta	Outros	-	-	2.465	2.304
Total			4.743	4.728	8.005	8.041

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Rio's Capitalização S.A. (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	11	11	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros	1.957	1.552	-	(42)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	697	717	(43)	(51)
Sul América Seguradora de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	85	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	7	406	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	46	44	(9)	(8)
Orama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (g)	Coligada	Outros	37	119	-	-
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (h)	Outros	Outros	74	55	-	-
Total			2.829	2.989	(52)	(101)

- (a) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
- (b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
- (c) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo;
- (d) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
- (e) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
- (f) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
- (g) Valores referente à prestação de serviços;
- (h) Valor da taxa de gestão e administração, recebida pela SAMI e SAGA, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista;
- (i) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; e
- (j) Valor referente ao reembolso da Companhia pelo plano de incentivos em ações (stock options).

Até 30/06/2024, a Companhia não pagou dividendos, assim como não recebeu dividendos de sua investida SAGA (R\$2.486 em 31/12/2023)

12.2. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Contas a pagar	4.045	2.713
Benefícios de curto prazo a administradores	2.032	2.713
Incentivo de ações	2.013	-
	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Despesas	(5.613)	(3.748)
Benefícios de curto prazo a administradores	(3.508)	(3.679)
Benefícios pós-emprego	(92)	(69)
Incentivo de ações	(2.013)	-

13. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

13.1. Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na rubrica "Outros créditos – depósitos judiciais" no ativo realizável a longo

prazo e são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Tributárias:		
COFINS	6.061	5.974
PIS	1.074	1.050
Imposto de renda	-	83
Outros	194	192
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	43	41
Total	7.372	7.340
Não circulante	7.372	7.340

13.2. Movimentações das provisões para ações judiciais

Os saldos das provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais estão contemplados na rubrica “Outras obrigações – provisões” (vide nota 10).

A movimentação das ações judiciais da Companhia está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 01/01/2023	Adições	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2023
Tributárias:				
PIS	345	-	17	362
COFINS	1.671	-	84	1.755
Honorários	759	4	84	847
Subtotal	2.775	4	185	2.964
Total	2.775	4	185	2.964
Não circulante				2.964

Descrição	Saldos em 31/12/2023	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 30/06/2024
Tributárias:				
PIS	362	7	-	369
COFINS	1.755	34	-	1.789
Honorários	847	42	(5)	884
Subtotal	2.964	83	(5)	3.042
Total	2.964	83	(5)	3.042
Não circulante				3.042

13.3. Obrigações fiscais

COFINS / PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência de 06/2009, a recolher as contribuições somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e possível a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas), que não está provisionado por não se tratar de uma obrigação legal. Os valores relativos ao PIS e COFINS sobre a receita da atividade estão integralmente provisionados.

13.4. Contingências

Em 30/06/2024, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de R\$ 17.769 (R\$ 17.353 em 31/12/2023), composto principalmente por auto de infração lavrado contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da Sul América Investimentos S.A., nos anos calendários 2008 a 2010 e PIS e COFINS incidentes sobre a Receita Financeira.

Em 30/06/2024, o valor total em discussão dos processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” e que não são provisionados conforme orientação normativa é de R\$ 2.485 (R\$ 2.399 em 31/12/2023).

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 30/06/2024 e 31/12/2023, o capital social da Companhia, é representado por 46.249.559 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/07/2019. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

14.2. Reservas de lucros

O total das reservas de lucros da Companhia, em 30/06/2024, é de R\$ 31.219 (R\$ 28.520 em 31/12/2023), composto, basicamente, por reserva estatutária e pela constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social.

14.3. Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023, R\$ 2.930 para distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado e R\$ 8.790 para distribuição de dividendo complementar, aos quais foram imputados o dividendo intercalar declarado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24/10/2022 e parte do dividendo intermediário declarado pelo Conselho de Administração em 27/05/2022, não tendo havido, desta forma, saldo de dividendo a ser pago à acionista.

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2024, R\$ 5.477 para distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado e R\$ 16.432 para distribuição de dividendo complementar, à razão de R\$0,47 (em reais) por ação do montante total declarado, a serem pagos a partir da data da referida Assembleia.

15. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários totaliza R\$7.882 no semestre findo em 30/06/2023 (R\$5.609 no semestre findo em 30/06/2023) é composto basicamente por rendimentos de cotas de fundos de investimentos.

16. Receita de prestação de serviço

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Administração de fundos de investimento	20.462	15.316
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários	2.784	2.871
Taxas de performance	6.961	476
Total	30.207	18.663

17. Despesa de pessoal

Em 30/06/2024 e 30/06/2023, no item pessoal próprio, estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios a administradores.

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Remunerações	(8.737)	(6.410)
Encargos sociais	(1.874)	(1.530)
Indenizações e rescisões	(141)	(452)
Vale alimentação, refeição e transporte	(379)	(334)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(308)	(175)
Previdência privada	(189)	(116)
Outros benefícios	(30)	(27)
Total	(11.658)	(9.044)

18. Outras despesas administrativas

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Processamento de dados	(985)	(1.214)
Repasse de comissão	(543)	(637)
Serviços de custódia	(1.524)	(1.566)
Propaganda e publicidade	(327)	(302)
Serviço técnico especializado	(822)	(563)
Aluguéis	(461)	(189)
Transporte	(238)	(208)
Material e manutenção de bens	(68)	(29)
Depreciações e amortizações	(110)	(2.556)
Outras despesas	(370)	(244)
Total	(5.448)	(7.508)

19. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas com imposto de renda e contribuição social para o semestre em de 30/06/2024 e 31/12/2023 são compostas como segue:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Diferido:		
Imposto de renda	156	355
Contribuição social	94	213
Corrente:		
Imposto de renda	(6.836)	(2.100)
Contribuição social	(4.130)	(1.307)
Total	(10.716)	(2.839)

O imposto de renda e a contribuição social de 30/06/2024 e 31/12/2023, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	66.685	12.214
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(26.674)	(4.886)
Alíquota nominal	40%	40%
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial	1.814	2.287
Outros	7	743
Amortização/ (realização) de Ágio e Mais Valia	7.143	(983)
Alienação de investimento em coligada	6.994	-
Receitas/ (Despesas) na demonstração do resultado	(10.716)	(2.839)
Alíquota efetiva	-16,07%	-23,24%

20. Administração de fundos de investimentos e carteiras administradas

Os patrimônios líquidos, em 30/06/2024, dos fundos de investimento e carteiras administradas pela Companhia somados àqueles geridos pela sua controlada SAGA totalizavam R\$76.151 (R\$64.180 em 31/12/2023), sendo R\$24.034 (R\$21.847 em 31/12/2023) provenientes da Rede D'Or e suas controladas, e R\$52.117 (R\$42.333 em 31/12/2023) provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão, seguradoras e empresas), distribuidores externos e clientes pessoa física.

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ: 32.206.435/0001-83

SAMI DTVM		
Diretoria	Marcelo Pimentel Mello	Diretor Presidente
	Leonardo Fraga Pacheco	Diretor Vice-Presidente
	Everton Marcelo Marrão Alves	Diretor de Riscos e Compliance
	Glaucia Maria Ribeiro de Carvalho	Diretora
	Gustavo Kohn Giometti	Diretor
	Maria Augusta Crespo Mosca Tomita	Diretora
	Jonas Berbert Pulcheri	Diretor
	Otávio de Garcia Lazcano	Diretor
	Rafael Pinto Fróes	Diretor
Contadora	Flavia Vieira Pereira	CRC RJ-094.933/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O